

AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2012 – 2ª Etapa

15/01/2013

AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2012 – 2ª Etapa

15/01/2013

A SRA. GEORGIA PRETE – Senhoras e senhores, boa tarde. Daremos início à segunda audiência pública destinada à primeira revisão tarifária da SABESP. Peço a atenção de todos para as informações a seguir.

É com satisfação que a ARSESP, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo recebe os senhores presentes para a segunda etapa da audiência pública número dois de 2012. A audiência pública é convocada pela Diretoria da ARSESP e destina-se a recolher subsídios e informações junto à sociedade para as matérias em análise na Agência.

Visa também dar oportunidade de manifestação verbal aos interessados nos processos decisórios da ARSESP conforme dispõe a Lei Complementar 1025 de 07/12/2007.

Essa audiência pública foi convocada com a finalidade de obter subsídios e informações adicionais para avaliar a Tarifa Média Máxima Inicial Preliminar e fatores de ganho de eficiência, Fator “X” aplicáveis ao segundo ciclo tarifário da SABESP. O Sr. Hugo Sérgio de Oliveira, Diretor de Regulação Econômico Financeiro e Mercados da ARSESP presidirá esta audiência pública cabendo-lhe decidir conclusivamente sobre as questões de ordem e outros procedimentos adotados na audiência.

A manifestação de cada inscrito estará limitada a 10 minutos, esclarecemos que o tempo será controlado e que o comentarista será alertado se for o caso, quando faltar um minuto para o fim de sua intervenção.

Inscrição posteriores ao prazo final para recebimento poderá ser considerado pelo Presidente caso haja tempo disponível. O Presidente da audiência e demais integrantes da Mesa poderão fazer perguntas aos depoentes para obtenção de esclarecimentos adicionais.

Todos os depoimentos serão gravados de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e a permitir a sua divulgação e aproveitamento. Reiteramos a importância do fiel cumprimento do tempo e das regras aqui estabelecidas de modo que se possa atender de forma organizada a todos os interessados. Pedimos a todos a gentileza de desligar os telefones celulares. Informamos ainda que se encontra à disposição dos interessados na recepção, cópia do regulamento desta audiência.

Convidaremos agora os membros que comporão a Mesa. Sr. Hugo de Oliveira, Diretor de Regulação Econômico Financeira e de Mercados da ARSESP. Por favor, Sr. Hugo, queira ocupar o seu lugar. Convidamos a Sra. Denise Nefussi Mandel Superintendente Institucional e de Relações com Usuários da ARSESP, Sr. Alberto Bovo, Superintendente de Regulação Técnica de Saneamento da ARSESP. O Sr. José Soares Pimentel, Superintendente de Fiscalização de Custos e Tarifas da ARSESP. Por fim, convidamos o Sr. Cláudio de Faria Muller, Superintendente de Regulação de Gás da ARSESP.

Passamos agora a palavra ao Dr. Hugo de Oliveira, Presidente desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE HUGO SERGIO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos! É com grande satisfação que nós abrimos a segunda parte de uma audiência pública que feita no ano passado. Essa foi uma decisão de Diretoria tendo em vista os reclamos de certo seguimento da sociedade no sentido de que a disponibilização de informações de maneira, algum conteúdo de Nota Técnica tinham algumas incompreensões, e por outro lado para propiciar a participação de alguns seguimentos, de alguns atores chaves do Setor principalmente relacionados ao setor dos consumidores.

É muito importante dizer que nós neste período disponibilizamos informações adicionais, tentamos fazer alguns esclarecimentos a alguns seguimentos, mas hoje finalmente nós queremos fazer uma nova exposição que praticamente repete a anterior e que ao final se apresenta grande parte

dos esclarecimentos necessários e de alguma forma para dissipar algumas dúvidas que continuam pendentes.

Nós estamos trabalhando arduamente em solucionar, sanar alguns dos pontos levantados. Temos um cronograma para a edição e finalização da Nota Técnica mantido e esperamos mais ou menos ao início de fevereiro dar por concluído essas etapas.

Eu vou pedir ao Amaury Fontenelle que é o nosso Técnico especializado fazer esta primeira parte da apresentação. Posteriormente seguirá a concessionária.

A SRA. GEORGIA PRETE – Então, Sr. José Amaury Teles Fontenele, Assessor da Diretoria de Regulação Econômico Financeiro e Mercados da ARSESP nos fará a apresentação da Nota Técnica contendo o previsto de 50 minutos.

Para facilitar a participação dos integrantes da Mesa nessa apresentação para facilitar que vocês participem da apresentação convidamos vocês a retornarem ao lugar no auditório, por favor.

O SR. AMAURY TELES FONTENELE - Boa tarde a todos! Vamos praticamente repetir a primeira audiência que aconteceu em dezembro e ao final faremos os esclarecimentos, as complementações, as declarações em cima das contribuições até aqui conhecidas que deverão ser acrescidas de novas contribuições até o final de fevereiro.

A apresentação está organizada, tem uma introdução Análise de Mercado, Análise do Destino de Capital, CAPEX, determinação da Base Inicial, Custos Operacionais, OPEX, Taxa de Regulação, Tributos e Contribuições, as Receitas não tarifáveis, determinação do Preço Máximo, determinação do Fator “X”, da questão da Estrutura Tarifária e os esclarecimentos finais sobre o cálculo do P Zero.

A metodologia para determinação do P Zero foi objeto de uma Nota Técnica de abril de 2012 onde está definido Regime Regulatório para o Preço Máximo por transferência de Custo, quer dizer, os dados que originam o P Zero são obtidos a partir da Concessionária, são basicamente dois documentos principais a Base de Ativo Inicial e o Plano de Negócio.

Nós recebemos esses dados no início de setembro, até 20 de setembro, a Base de Ativo não foi validada ainda pela ARSESP, ela está em processo de validação. Foi feita uma contratação, está sendo auditada, em razão disso que a gente está trabalhando com valor do P Zero Preliminar, e foi a razão de desdobramento da Revisão Tarifária em duas etapas.

O Plano de Negócios também recebido em setembro e isso com base nos valores realizados basicamente até o primeiro semestre de 2012. Então os elementos básicos do P Zero são as projeções de demanda, a Base de Ativos, os CAPEX, os Investimentos e os OPEX. As duas etapas, a primeira etapa que inicialmente estava prevista para 29 de dezembro foi postergada para 09/02 que é quando divulgaremos o P Zero Final.

O P Zero vai ser inicialmente determinado com esta Base Provisória que nós divulgamos na Nota Técnica de novembro/dezembro. Então consta um P Zero inicial provisório e a determinação do Fator "X" que foi os dados objeto desta Nota Técnica que nós vamos fazer esta apresentação em cima destes valores desta Nota Técnica.

A segunda etapa que é a universalização da projeção tarifária da SABESP está prevista para 10 de agosto quando se declarará o P Zero Final e a nova estrutura tarifária que a SABESP deverá apresentar uma proposta até abril/maio deste ano.

Questão do Mercado. A ARSESP realizou alguns ajustes na projeção de demanda originalmente apresentada pela SABESP principalmente em dois itens nesta demanda. Na demanda residencial e na demanda dos permissionados que corresponde à água por atacado.

A demanda residencial foi projetada em cima de um parâmetro que é o consumo por economia que é um parâmetro que ao longo do tempo tem se comportado de forma muito instável, tinha uma tendência levemente decrescente que está se estabilizando e a SABESP optou por manter este parâmetro durante o período de projeção, dos quatro anos de projeção com base nas observações de 2010/2011 e os parâmetros apresentados, utilizados pela SABESP são 12,95 metros cúbicos por economia mensal para água e 12,92 para esgoto.

Nós temos algumas informações da SABESP, de algumas fontes com relação a esta demanda. E levantando estas fontes nós temos dados que foram fornecidos durante os pedidos de reajuste de tarifas dados do Plano de Negócios, dados do consumo que às vezes existem umas pequenas diferenças entre estes dados. A SABESP originalmente pegou estes dados correspondentes a uma posição de dezembro.

Ela pegou o consumo do ano e dividiu pelas ligações de dezembro. Nós reavaliamos isso dividindo pela ligação média do ano, o consumo do ano você teria uma demanda representada pelo número médio de ligações. Aí nós chegamos a um valor maior onde água e o esgoto estavam muito próximo, nós optamos por manter 13.14 durante todo o período de projeção.

Aqui teve um problema que inclusive foi, porque depois que nós fizemos a projeção nós descobrimos que esse consumo médio por economia foi aplicado sobre as economias de fim de ano, projetadas a nível de fim de ano, posição de dezembro, quando deveriam ser aplicadas sobre a posição média do ano, uma vez que o parâmetro foi determinado desta maneira. Então isso no final nós vamos comentar sobre um ajuste que precisamos fazer sobre esta demanda que deverá chegar a uma posição intermediária, mas por enquanto nós vamos apresentar os valores que constam da Nota Técnica.

Em termos de demanda dos permissionários de água por atacado, a ARSESP baixou, a SABESP propôs uma redução em média de 0,3% anual. A ARSESP considerou isso insatisfatório uma vez que tínhamos um histórico que vinha crescendo e vai mostrar os números depois e trabalhou com o

crescimento anual de 1% durante o ciclo tarifário. As demais projeções nos consumos não residenciais foram mantidas, aceitas as projeções elaboradas pela SABESP.

Em relação ao histórico, os volumes apresentados pela SABESP, a origem daqueles parâmetros nós temos o Consumo Residencial nos dados constantes do Plano de Negócios da SABESP e o número de Economia e o parâmetro resultante em termos de Consumo por Economia dos anos 2010/2011 e aquele que foi adotado para o ciclo tarifário.

Os valores da ARSESP considerando aquelas ponderações que eu coloquei de valores médios, você tem pequenas diferenças aqui nos volumes, muito pequenas mesmo e um pouco na Economia, mas a gente resultou em um valor de 13.14 e 13.15 nos dois anos e esgoto 13.18 e 13.14, e nós optamos por manter 13.14 para água e esgoto para projeção de demandas durante os anos do ciclo.

O resultado da projeção residencial a gente tem aqui, ela foi projetada em cima da projeção de domicílios urbanos e foi utilizado os sensos do IBGE e depois de sair o ciclo tarifário, a gente vê que tem uma baixa levemente decrescente aqui em termos de números de domicílios taxa de 1.89 chega a 1.80 que uma tendência que vem sendo observada.

Os índices de atendimento foram aceitos aqueles adotados pela SABESP e nós temos aqui de 95.65, chegava a 97.19 como índice médio de atendimento de água da SABESP. Isso aqui na Região Metropolitana está chegando a 98.6 acho, mais ou menos. As Economias. O número de Economia que é o resultado deste nível de atendimento vezes o número de domicílios atendíveis, consumos unitários aqui, os consumos por economia correspondentes ao período tarifário para a SABESP, para a ARSESP.

E finalmente a demanda residencial resultante de tudo isso. A SABESP tem uma demanda neste nível, 360.146, a ARSESP com 382.511 que corresponde a um incremento em torno sobre a demanda da SABESP 1,6% ao ano mais ou menos.

Demanda Residencial de Esgoto. A mesma tabela residencial de esgoto, faz os mesmos comentários. Aqui o nível de atendimento que ultimamente está em torno de 80%, ele vai para 87, 88%. Os consumos unitários aqui, e os valores, aqui a variação um pouco maior em torno de 4,2 ou 4,3, 4,2% ao longo do período do ciclo tarifário.

Em termos de permissionários, projeção por atacado a SABESP apresentou aqui, você tem, esse dado de 2012 ainda é estimável, tem o realizado praticamente do primeiro semestre somente. Então a gente observa que houve um crescimento em 2010 de 2,09, aqui a projeção adotada foi aquela de 0,53.

O projetado, a SABESP está projetando uma queda de 0,3% ao ano mais ou menos. Nós achamos isso insatisfatório e trabalhamos com um crescimento de 1% ao ano nessa demanda que são águas fornecidas a seis municípios da Região Metropolitana que obviamente terão as suas demandas crescentes.

Esse é um serviço que tem alguns problemas com a SABESP, deve acontecer algumas revisões, tem um índice de inadimplência alto que precisa ser negociado. Então, essas projeções tem algum grau de incerteza considerável e depende dessas negociações. No total, nós temos aqui a demanda da SABESP resultante de água, esgoto, um total projetado pela SABESP.

Na ARSESP os valores aqui de 2012 para frente nós temos os valores adotados, aqui é o que a gente apresentou anteriormente, aqui acrescido o consumo não residencial. E no total a água que estava crescendo 1,3% acima da SABESP, esgoto três e 3,5% no total o volume consumido, a medida dos serviços prestados de água e esgoto 2%, 2,4% acima das projeções da SABESP.

Aqui tem os perfis das curvas, aqui que eu falei, essa curva da ARSESP que é a curva superior deve sofrer um pequeno rebaixamento, aqui é provável que ocupe uma posição intermediária em função daquela correção da média do ano para a economia de fim de ano.

A Projeção da Oferta. Uma vez projetada a demanda, a gente precisa para chegar à necessidade de produção ter um conhecimento sobre as perdas que a SABESP irá incorrer neste processo de distribuição. Nós sabemos que não tem serviço de água com perda zero, mas a gente precisa ter algum controle sobre esse nível de perdas e a SABESP apresentou uma projeção, aqui a gente tem um histórico, aqui apenas para ser entendida como o volume produzido menos o volume consumido, esse consumido inclui o varejo que é a distribuição final e a água por atacado fornecida aos municípios e volumes para outros usos que é um consumo operacional que a SABESP tem interiormente no processo produtivo. Dividido pelo volume produzido.

Então esse percentual em 2010 foi de 32,3%, 30,7%, 30,6 a linha instável aqui. A SABESP está projetando uma meta muito modesta de redução de 30,6 até 30,1, meio ponto percentual aqui que nós achamos é insuficiente.

Então nós estamos trabalhando por uma meta, para sinalizar uma meta em 2006 de 25% considerando isso aí. A projeção seria de 29,2, de 27,8 caindo regularmente até atingir 25% em 2006. Com isso os volumes, a necessidade de produção da SABESP reduz, se você reduz a perda você precisa produzir menos para distribuir a mesma água e essa redução está desta ordem, se ela vai acumulando, a perda vai reduzindo cada vez mais, ao final do ciclo ela precisa produzir 5% menos de água para poder atender esta demanda se ela conseguir a meta de 25% que é a perda regulatória que nós estamos trabalhando.

Essa perda, na medida em que a SABESP, a perda da SABESP, as perdas adotadas pela ARSESP, o diferencial e aqui quanto de volume produzido a SABESP precisa, ela reduziria em função de uma meta mais arrojada de perda. Ela teria então reduzido no total 359, 360 milhões de metros cúbicos. O custo unitário desta produção é de 393 reais por mil metros cúbicos mais ou menos, esse volume totalizaria um custo de 141 milhões durante o ciclo tarifário que é uma redução de custo que já está considerada dentro da OPEX na medida que eu estou projetando a OPEX agora o volume produzido menor.

Esse volume quer dizer, a OPEX é projetada em função de, os custos de produção são projetados em função do volume produzido. Então na medida em que eu reduzo o volume produzido você tem um custo de produção menor.

Para título ilustrativo a perda total da SABESP, se ela atingir as perdas zero, o volume perdido pela SABESP é quatro milhões de metros cúbicos aqui total que corresponde a este custo aqui já é 10% da OPEX mais ou menos em um total de um bilhão e seiscentos a valores nominais, um bilhão e quatrocentos a valores presentes no ciclo.

Os investimentos. Nos investimentos a gente vai apresentar os investimentos que estão na Nota Técnica e os ajustes que a gente fez na Nota Técnica em função de algumas considerações que até mesmo dessa variação do Programa de Perdas. E ao final do esclarecimento que a gente tem um comentário sobre a avaliação que a gente fez deste investimento.

Inicialmente a SABESP, nós temos aqui durante o ciclo tarifário incluindo 2012 que é o ano anterior, investimento em expansão do sistema de água que são os investimentos de água. Você tem aqui a proposta da SABESP e aqui os ajustes promovidos pela ARSESP. Na produção de água você tem um ajuste aqui em 2006 uma redução de 300 milhões de reais.

Meta Operacional, você tinha um investimento aqui relativamente baixo e nós elevamos aqui um pouco este investimento. Esse é o valor da ARSESP até porque você tem que ter contemplado uma meta de perda mais alargada e você vai dimensionar, dirigir. As despesas capitalizadas nós transferimos estas despesas para cá, meta operacional, a despesa ainda discutindo, ainda em análise. Nós vamos aguardar as contribuições inclusive da própria SABESP, vamos ter uma análise mais exata desta despesa operacional e ver o que considerar o P Zero final.

Em princípio nós temos esta despesa, ela é um parâmetro de custo indireto de investimento que a empresa não vai ter uma superestrutura e para isso ela tem que ter uma estrutura adequada a um perfil de investimento, isso nós estamos reavaliando. E os demais componentes nos investimentos de

água está em torno de 500 milhões, a 300 milhões. No final a gente tem uma tabela com o resumo de tudo.

No Esgoto nós temos a mesma avaliação de esgoto, expansão dos sistemas que foi feito um ajuste em 2013/2014, então o total de investimento da ARSESP aqui um pouco reduzido nestes dois anos que é da SABESP, Despesa operacional a mesma coisa. Despesas Capitalizadas também adotamos o mesmo procedimento e os demais componentes em torno de 200 milhões de tal maneira que o resumo do Plano de Investimento da SABESP, a gente tinha aqui em investimento em água, investimento em esgoto, total de investimentos 2700 milhões em 2012, 2600 milhões, 500, 400 que depois do ajuste da ARSESP manteve aqui, reduziu um pouco aqui, 172 milhões, reduziu 187 a 284 que corresponde aqui a estes percentuais anualmente dos ajustes no Plano de Investimento.

Nos investimentos, aqui também um resumo de investimento realizado da SABESP que vinha em torno de 2600 milhões, 2100, aqui está para 2700, 2600. Aqui vê que o perfil de investimento está, não se alterou significativamente, não está previsto uma alteração significativa em cima do patamar que vocês vem executando aqui.

A composição dos investimentos aqui no final a gente tinha 48,50, a participação do esgoto cresce aqui em função principalmente da elevação dos índices de tratamento de esgoto que está previsto para este Plano.

Aqui um gráfico ilustrativo para ver participação de esgoto maior que água, a mancha vermelha esgoto, a mancha azul de água. Então o esgoto tem uma predominância nos investimentos neste ciclo tarifário.

Aqui por região, a Baixada Santista representa este primeiro patamar aqui, esse maior a Região Metropolitana e depois temos o Litoral Norte em vermelho, em azul o interior e a Região Bragantina nessa mancha.

Base de remuneração. A SABESP apresentou no laudo da SABESP, ela apresentou um quadro correspondente a Base Inicial, para determinação da Base Inicial que é esse que está reproduzido aqui, que consta da Nota Técnica.

Nós temos aqui o Ativo Bruto em operação da SABESP, 53.7 bilhões, a depreciação acumulada 27 que dá um Ativo Líquido de 26.118 milhões. Além disso, essa posição é de setembro de 2011 e nós estamos chegando a uma base em dezembro de 2012. Então você tem um ajuste aqui de investimentos realizados no período das obras em andamento que tiveram investimentos que já tinham sido realizados antes de dezembro de 2012, você tem um total aqui. A SABESP está propondo um Capital Circulante de 5% da Receita, mas temos um índice regulatório que é bem menor que isso e depreciação nestes investimentos que dá dois milhões totalizando com a Base Líquida Inicial de 33,8 bilhões.

Na Nota Técnica nós trabalhamos, como nós estamos fazendo uma validação dessa base, estamos com uma firma contratada analisando estas bases, nós trabalhamos com uma margem de segurança de 10% e trabalhamos com o valor, calculamos o P Zero considerando 90% desta Base Inicialmente. Quer dizer, essa base é na verdade a Base Final que a gente vai ter depois de auditada futuramente você vai trabalhar com nível inicial.

Essa base sofreu alguns ajustes em relação de investimentos previstos nos contratos de programa e não executados. Quando a SABESP a partir de 2007 começou a renovar os contratos de programa, começou vencer os primeiros 30 anos, a SABESP adotou um programa de investimento para cada um desses municípios e estava associado ao nível tarifário que vinha praticando e de lá para cá esta tarifa sofreu somente o ajuste anual em função da falta de reajuste anual que é basicamente uma correção pela inflação. Então, se pressupõe que nas tarifas da SABESP estavam contemplados todos os investimentos constantes nos contratos de programa que ela firmou.

Mesmo que o município eventualmente tenha um fluxo de caixa deficitário, a SABESP tem um valor compensatório de outras regiões, mas o previsto é que todas as, com a tarifa praticada, todos os investimentos estariam contemplados.

Então, se a SABESP não realizou estes investimentos, de alguma forma ela tirou algum proveito em função de investimento não realizado em cima do prometido, do investimento compensatório.

Este investimento não realizado levantados foram desta ordem, na Região Metropolitana 450 milhões, no interior 367, um total de 815 milhões de investimento ao logo deste período de 2007 até agora.

O que se fez foi o seguinte, você tem uma tarifa que seria digamos, um P menos um inicial que contemplaria os programas. Tirando estes investimentos, essa tarifa eu calculei novamente nesse nível de tarifa. Então deu um nível mais baixo porque a SABESP, eu abati este investimento não realizado. A diferença de Receita Anual de 2007 para cá correspondente a isso foi atualizada para dezembro de 2012 que totalizou 204 milhões e a gente deduziu da Base Inicial.

Foi feito o ajuste na Base Inicial, na Base Inicial você tinha o valor da SABESP, 90% Capital de Giro com uma redução de 155 ao invés de acréscimo e no ajuste deste investimento não realizados de 204 milhões de tal maneira que o valor da Base Inicial que foi utilizado na forma de Cálculo do P Zero é 30.106 que inclusive está no site da ARSESP esta tabela com este valor inicial que foi ajustado a partir daqueles 90% deduzindo esse investimento negativo de Capital de Giro e os ajustes de investimento não realizados.

Custos Operacionais, OPEX. A SABESP propôs, projetou em cima da sua projeção de demanda, de oferta, projetou os custos operacionais partindo de custos unitários e mantendo este custo unitário constante ao longo do ciclo tarifário, a gente tem aqui 2010/2011, a base 2012 e os valores projetados para o ciclo tarifário.

Então você tem aqui a evolução deste valor de quatro bilhões e 4.300, 4.400 aqui em 2012, 4.900 aqui que é resultado dos custos unitários digamos, nível de eficiência é o mesmo, os resultados são constantes no período e isso resulta do crescimento da demanda, da oferta necessária para se atingir a meta. O perfil é mais ou menos este, observado este nível de custo proposto pela SABESP no seu plano de negócios.

A composição destes custos a gente tem aqui a partir de 2011 você tem, a composição foi mantida é basicamente a de 2011, de pessoal representa 45% dessas despesas com OPEX, em serviços de terceiros com cerca de 25, energia elétrica 15%, as outras são menores, despesas gerais, aí vem os materiais de tratamento, que é uma despesa também abaixo de 5%, e outros materiais que são basicamente no mesmo nível. Essa composição, de 2011, foi mantida durante todo o ciclo tarifário.

Os ajustes realizados pela ARSESP. A ARSESP detectou na área de informações da SABESP algumas inconsistências de dados e às vezes até de metodologia e em função disso fez os seguintes ajustes. Primeiramente ela analisou as análises das projeções de todas as contas de OPEX, abriu conta por conta e fizemos uma análise dessas projeções e verificamos uma boa diferença metodológica e inconsistências com dados históricos de muitas delas.

O problema de inconsistência nos dados da SABESP relativo à base de projeção. Nós tínhamos uma OPEX de 2012 que na verdade a última informação fechada que a gente tinha era 2011, para 2012 a gente tinha que determinar uma posição inicial no ciclo e isso nós ajustamos também em função de custo unitário e base de projeção que nós consideramos inadequadas, algumas coisas que a SABESP apresentou.

Fizemos um ajuste também nessa despesa em função das perdas regulatórias que como eu falei por elevação da meta de perdas proporcionou a redução de despesa em função do volume produzido menor. Então esse também foi ajustado e a determinação do nível de eficiência inicial. Nós tínhamos uma realidade de 2011, então nós vamos ver o ponto de partida de 2012, qual é a variação adotada de 2011 para 2012 como ponto de partida para o ciclo tarifário.

E alguns ajustes também por OPEX não reconhecidas. Nós analisamos a composição da OPEX e identificamos uma série de hipóteses que basicamente, e os títulos das contas são mais ou menos estes aqui, que foram. É claro que cada um destes tem um desdobramento de algumas subcontas,

mas no geral a gente tem despesas com desapropriações, nós achamos que isso aqui deve estar dentro dos programas de investimento.

Despesas internacionais, doações também não podem estar na despesa, Imposto de Renda sobre remessas para o exterior, imposto sobre operações financeiras, viagens e estadias sem comprovação para Imposto de Renda, desenvolvimento de consultores internos, licença salários. Isto aqui diz respeito à questão de aposentados, Participação de Resultado. Isso aqui, Participação no Resultado tem que sair do Resultado e não na despesa de operação. Pensão complementar, também a questão das complementações de aposentadoria aqui, responsabilidade do Estado e não é despesa de operação de sistema. Parte da Previdência Privada que é um ônus da SABESP, tem uma parte que é legítima, tem outra parte aqui que não, que é ônus da empresa.

Provisão para aposentadoria corrente também, uma parte disso. Termo de Ajustamento de Conduta de aposentado em função da SABESP ter tomado algumas despesas com aposentadoria que a gente achou que não deveria compor o Custo de Operação do Sistema.

Em termos de serviços, os convênios com prefeituras, recuperação de crédito, despesas com inadimplência, quando a gente faz a provisão dos incobráveis lá a gente já estabelece um percentual onde este custo de recuperação de crédito vai estar contemplado lá e a Recuperação de Crédito Judicial. Essas são as principais. Tem algumas despesas de publicidade, uma parte dessas despesas, algumas são mais campanhas educativas, outras não, outras a gente considerou também na parte de serviços.

Então a OPEX regulatória que nós consideramos, nós temos a projeção da SABESP aqui inicial, fizemos o ajuste por contas não reconhecidas, quase 500 milhões por ano, as perdas relatorias o custo foi desta ordem, totaliza aquele 141 que me referi antes. Por inconsistência de dados também, as correções das perdas chegaram nessa magnitude totalizando uma redução desta ordem de 580 a 650 milhões. Percentualmente significa 12% a 13% das OPEX projetadas pela SABESP. E aqui a OPEX final reconhecida pela

ARSESP nessa primeira Nota Técnica, neste P Zero inicial de 3900 milhões até 4.200 milhões.

Taxa de Regulação Tributos e Contribuições. Aqui a gente tem a taxa de Regulação, o considerado foi 0,5% do faturamento que é o que a SABESP tem recolhido. Os tributos e contribuições, todos os tributos e contribuições relacionadas a prestação de serviço foram considerados no P Zero. Diretamente a gente tem a questão do PIS/COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social, etc.

O PIS/COFINS alíquota a 19,25, 7,6, 9,65 da Receita, aqui impostos sobre Resultados e sobre Receita. Esse PIS/COFINS foram deduzidos dos créditos que a SABESP na aquisição de serviços ela paga, então tem que pegar só a parte líquida e a alíquota líquida estimada com base nos estoques que a SABESP apresentou foi em torno de 7,3%, mas reconhecemos e projetamos essa despesa para o PIS/COFINS em cima do faturamento com base nesse sete e meio por cento. Os demais impostos são incluídos na OPEX e CAPEX, são imposto componente da despesa de investimento quanto de operação.

Para fins de apresentação o PIS/COFINS está dentro do P Zero, para fins de apresentação da conta ao usuário a nossa opção foi destacar isso na conta. Então quando você for montar a estrutura tarifária você tem que tirar o PIS/COFINS, a estrutura vai recuperar o custo sem o PIS/COFINS que será calculado e destacado na conta. Dar transparência ao usuário desse ônus que é um imposto.

Além disso você tem os encargos contratuais para municípios, quando respaldado legalmente, serão diretamente incluídos na futura dos usuários do respectivo município. Não serão considerados no P Zero. É o caso do 7,5% de São Paulo. Os usuários de São Paulo na sua conta vai aparecer lá uma rubrica 7,5% que é da Prefeitura de São Paulo e em função dos convênios por força da Lei tal, etc., etc.

E qualquer município que tiver um ônus respaldado legalmente com parecer jurídico serão destacados na conta, não representa custo do serviço efetivamente.

As Receitas além das tarifárias você tem as Receitas Indiretas e não operacionais. Essas receitas Indiretas, as Receitas que a gente chama Irrecuperáveis, aquelas correspondente à inadimplência normal que a gente reconhece que existe. Se a SABESP baseada em um sistema comercial eficiente, por mais eficiente que seja ela não consegue arrecadar 100%. Existe um nível até o qual se reconhece como custo desta inadimplência.

Esse foi estimado em 2,61% da Receita utilizando a metodologia "aging", (curva de idade das contas) e esse percentual já considera os custos de recuperação que eventualmente a SABESP fizer contrato de risco para recuperação de débito, etc.

As Receitas Indiretas decorrem da prestação de serviços complementares ou adicionais, ligações de água, etc. Qualquer serviços outros que a SABESP faça que não são cobrados pela tabela tarifária.

A proposta da SABESP foi, isso correspondia a 2,3% da Receita Tarifária para água e 0,6% para esgoto. Analisando o estoque nós concordamos com 2,3 mas o 0,6% estava muito subestimado e nós trabalhamos com valores correspondentes aos últimos três anos.

Receitas Não Operacionais. Aqui são as Receitas que a SABESP auferem derivadas de aqui de alienação de bens, ressarcimento, serviços, água de reuso. Serviço regulado que eventualmente ela presta e estão sujeitos a regulação e que os custos podem estar incluídos, até aqui não temos a finalidade de custo ainda que nos permita separar e identificar claramente o custo de cada um dos serviços prestados.

Então de alguma maneira os custos estão misturados e dentro dos custos de repente você está repassando na saída, então você tem que determinar essa Receita para abater no primeiro momento do que você cobra

do usuário porque é uma Receita que a SABESP está auferindo com a prestação destes serviços ou com estas alienações.

A SABESP com relação a estas Receitas não apresentou nenhum demonstrativo, ela informou no Plano de Negócios que em 2010/2011 essas Receitas foram em torno de três milhões mensais, depois nós coletamos em dados adicionais que em 2010 ela tinha 44 milhões, em 2011 foi 80 milhões. Então em razão destas discrepâncias nós trabalhamos com o valor de 3,7 milhões por ano aqui, mas este valor será revisto para o cálculo final do P Zero em função de novos dados em função do aprofundamento da análise que nós estamos fazendo.

Determinação da Tarifa Média Máxima. Então a nossa fórmula aqui do P Zero está resumida aqui. Isso aqui tudo corresponde aos valores presentes dessas componentes. Então o P Zero na verdade é a relação entre as diferenças da Base Inicial menos a Base Final, OPEX, COFINS/PASEP, as Despesas Incobráveis, Taxa de Regulação, Contribuição Social, CAPEX, Variação de Capital Circulante deduzidos das Receitas que a SABESP auferem por serviços complementares e adicionais que ela presta e Receitas Não Operacionais.

Esse saldo aqui dividido pelo volume faturado resulta no P Zero. Em outras palavras, a Receita Requerida Direta, quando a gente chama Direta é aquela que obtida pela tarifa, pela tabela de tarifa precisa gerar essa Receita Direta. Ela é na verdade a soma de tudo isso. É o custo da SABESP deduzido das Receitas que ela auferem por outros serviços complementares.

É essa Receita que garante o equilíbrio financeiro da concessionária. Eu preciso montar uma estrutura tarifária que recupere essa receita. Agora, aí a gente tem na medida que você dividiu por este número você multiplica por um número e dá um problema de aritmética, depois nós vamos comentar essa questão de volume calculável.

Aqui nós temos anotação que a gente usou que acho que todos conhecem e aqui a gente tem o Fluxo de Caixa Descontado que resultou do P Zero em 292.95 apresentado na Nota Técnica.

Aqui todos aqueles componentes da fórmula, aqui a gente tem os valores do ciclo, as projeções do ciclo tarifário para cada um deles. A gente tem o valores presentes tudo e a gente tem aqui, os Valores Presentes Líquido que é a soma desta última linha aqui ele é zero e o cálculo do P Zero que é este valor, aplicação que naquela fórmula resulta nesse 292.95, 479.

A título meramente ilustrativo, a SABESP não cobra o P Zero de ninguém. Ela tem a tabela tarifária que é extremamente complexa, diferenciada por categoria de usuário, por nível de consumo e tem 50 valores tarifários lá dependendo do nível, da categoria que você incorre.

Mas se a gente quer comparar, quer dizer, com o P Zero atual, o P Zero atual depende da composição deste consumo. Você tem na medida em que eu aumento o fornecimento de água para pequenos usuários e eles pagam tarifas mais baixas, a tarifa média cai. Na medida em que eu consigo um Mercado com tarifa mais alta, industrial no último degrau, você eleva a tarifa. Então o P Zero é resultado de uma composição de consumo.

Admitindo que esta composição de consumo de 2011 se mantém a gente tem aqui em 2011, por exemplo, a SABESP teve uma Receita Direta de oito, com as tarifas correntes de 8.300 bilhões. Se eu aplicar a tabela de tarifas atual de dezembro de 2012 sobre os consumos de 2011 eu teria chegado a uma Receita de 9.071 porque de 2011 para cá já tivemos reajustes de tarifas.

A Receita com a tabela de tarifa vigente em dezembro seria esta, o volume faturado que é o mesmo e o volume consumido. Nós vamos comentar depois essa questão do faturado e consumido. A relação entre os dois é quase 12% maior o faturado e depois nós vamos analisar porque disso aí.

Se eu considerar que o P Zero foi calculado pelo volume consumido que é uma medida exata do serviço fornecido, o volume medido, aquele que chega para o usuário. Ou o usuário final ou mesmo atacado, o número efetivo que você faturou e mediu. Então esse P Zero de 2011 com as tarifas correntes 2.62 e resulta em 2.87 se você tomar as tarifas vigentes em dezembro de 2007. Meramente ilustrativo para comparar o 2.87 com 2.92, 95 que a gente está propondo como P Zero.

Determinação do Fator X, esse fator é um fator de eficiência, ganho de produtividade que você deve transferir aos usuários via redução de tarifa. Todo o ganho de eficiência a gente estabelece um padrão de eficiência que você deve repassar para o usuário se a empresa tem eficiência maior ela se apropria, se tiver uma eficiência menor ela é penalizada.

Esse é, você tem uma forma de ajuste anual, define o P Zero do primeiro ano, a partir daí você tem um ajuste anual e esse ajuste anual tem basicamente três componentes. Ele tem um índice de inflação que é aqui que nós vamos usar o IPCA em inflação correspondente aos últimos 12 meses, a variação inflacionária dos últimos 12 meses. Esse índice de inflação é descontado desse Fator X que é o fator de produtividade. Aí você corrige isso pelo preço anterior, aplica este índice e deduz ainda o ajuste de qualidade.

Fator de ajuste de qualidade em razão do nosso modelo de regulação ser um modelo por preço máximo, a gente quer evitar que a empresa seja obrigada a conseguir eficiência sem comprometer qualidade, porque preservar a qualidade do serviço porque ela pode ser tentada via perda de qualidade e deduzir custos.

Para evitar isso nós vamos ter que acompanhar o padrão de qualidade do serviço prestado. Então isso é uma coisa nova, nós não temos uma metodologia consolidada sobre isso, a nossa ideia é trabalhar experimentalmente com isso durante os dois primeiros anos, desenvolver uma metodologia, pensar esta metodologia juntamente com a SABESP, estabelecer um fluxo de informação que nos permita ter a partir do terceiro ano a gente começar a considerar isso aqui já no fator de reajuste anual.

Esse Fator X é calculado em função, se considera calcula o P Zero com eficiência estabelecido no primeiro ano que é o que você calculou o P Zero na Nota Técnica, ele não foi incorporado o ganho de eficiência ainda, ele é um P Zero com o padrão de eficiência do primeiro ano e depois tem as metas de eficiência para cada um dos componentes de despesas pessoal, material, etc. Qual é a eficiência de ganho que você pode ter como se chega a isso e você

calcula a eficiência com P Zero com esses ganhos de eficiência que é o chamado P Zero eficiente.

O que a gente tem que ter é que este P Zero eficiente vezes o volume contábil, tem aqui essa Receita durante o ciclo aqui a nível de eficiência, ela precisa ser igual ao P Zero inicial considerando ano a ano a incidência do Fator X considerado no fator de ajuste anual.

Então a solução determina o X aqui que é o P Zero anual igual para todos os anos que a gente vai considerar ao longo do ciclo tarifário, que é uma medida de eficiência expressa e em termo de variação da tarifa, a despesa a gente tem um valor depois.

A determinação desses ganhos de eficiência, quer dizer, ela foi feita esse Fator X leva em consideração a metodologia utilizada, são dois componentes. Primeiro a Redução das Ineficiências e a Distância da Fronteira de Eficiência. Você vai determinar uma fronteira de eficiência que você quer chegar hoje e a diferença entre o nível da empresa e o nível eficiente seria essa redução necessária que você precisa atingir. E a mudança tecnológica que atravessa esta fronteira.

Você tem um padrão de custo eficiente hoje, 2012/2013, e esse padrão vai se alterando ao longo do tempo e você tem que captar este efeito. Então foi feito um estudo adotando uma metodologia de análise de envoltória, um estudo antes se tomou o benchmarking com algumas empresas.

A SABESP tem um problema de ser uma empresa que onde ela entra ela é a própria fronteira pelo porte dela. Então esta análise nós desdobramos, a SABESP em unidades de negócio que você tem padrões de comparações mais compatíveis de empresas brasileiras do tamanho de cada unidade de negócio e a Região Metropolitana já é um negócio, a unidade norte, ela própria está dividida em quatro partes. E comparamos com empresas do Brasil, América Latina e Reino Unido através da análise de Benchmarking, usando esta análise por envoltória.

As unidades de negócio da SABESP, nós consideramos aqui as seguintes empresas em nível nacional. A Copagua de Minas Gerais, a Embasa na Bahia, Paraná, você tem aqui algumas empresas, aquela que a gente dispunha de dados, mas consideramos aqui compatíveis a comparação a nível de Brasil.

Depois tomamos as empresas do Reino Unido, aqui 10 empresas do Reino Unido que são empresas que têm, que estão sendo reguladas há muito mais tempo, tem padrão mais consolidado e também foram consideradas na determinação desses limites de fronteiras de eficiência.

Os resultados que a gente chegou em nível de mudança tecnológica, a gente teria um termo de variação alta, 2% ao não de redução da OPEX por esta razão e em nível dessa distância inicial você tem 0,68 ao ano e fator de eficiência totalizando um termo de OPEX um ganho anual de 2,68% ao ano de redução nas OPEX.

Isso aí resulta no Fator X que é aplicado sobre a tarifa de 0,86% ao ano. Então a tarifa estaria se não houvesse inflação assim reduzindo 0,86% ao ano por razões de eficiência porque estaria repassando esse ganho para os usuários.

Estrutura tarifária. A SABESP teve dificuldade de nessa primeira etapa definir uma estrutura então ela em princípio solicitou e nós concordamos e essas foram as razões de dividir em duas etapas, manter a estrutura atual, deverá manter nessa primeira fase a estrutura atual, ela vai determinar os novos valores tarifários de modo que a Receita Direta, essa que a gente falou anteriormente, correspondente aos inúmeros programas aprovados pela ARSESP corresponde ao P Zero autorizado, ou recupere aquele posto que a gente mostrou naquela forma deduzindo as receitas outras.

Os valores das tarifas, a SABESP tem hoje seis ou oito grupos tarifários, cada grupo tarifário vai ser corrigido pelo método linearmente mantida a estrutura terá avaliação linear das tarifas de todo o grupo. Ou seja, não está se fazendo nada em termos de correção das distorções da estrutura, isso ficará

para a segunda etapa quando a SABESP apresentar uma proposta de nova estrutura para a gente submeter a uma análise.

Esclarecimentos finais. Cálculo do P Zero final. A gente tem o seguinte, a tarifa, aquela observação que eu fiz da demanda, essa demanda vai ser elaborada considerando a economia média porque depois vai, a nossa falha, o nosso Governo considera depois que foi percebido isso, a economia de fim de ano que o nosso parâmetro de correção foi determinado em termos de economia de meio de ano, então tem uma pequena diferença aí.

Quando o crescimento é pequeno esses valores são muito próximos, mas se você pegar uma cidade que está crescendo muito você tem uma variação grande de média de ano para fim de ano. Isso vai ser corrigido e provavelmente haverá uma pequena redução na demanda considerada pela ARSESP.

A Base de Remuneração. A Base de Remuneração Regulatória, a gente trabalhou com esta base 90%, mas o que a gente avaliou é que para evitar ficar se especulando qual a margem de segurança para trabalhar, enquanto não sair a Base Final regulatória, nós vamos trabalhar com a base histórica corrigida. Nós vamos pegar os dados de Balanço, historicamente desde a última correção que tinha em 95,99, corrigir para 2012 para trabalhar na base de estoque.

Este valor hoje está muito próximo dos 90%, mas é um valor respaldado no Balanços, nos registros contábeis de hoje, etc. Então o valor de hoje é 34.410.732 que é mais que 1.89 e 90%. Então a base, quer dizer, do P Zero preliminar desta primeira fase nós deveremos trabalhar com este número. Nós vamos procurar depurar o mais rápido possível esse número porque é uma composição muito grande de componentes de ativos, você tem que fazer algumas análises, alguns estudos que foram feitos que a gente vai usar as informações para depurar o que puder destes dados, mas que de principio este valor inicial não deve mudar muito em cima do que foi considerado na Nota Técnica.

O custo de energia elétrica, nós estamos analisando o impacto da Medida Provisória que virou Lei não é? E estamos levantando informações para levar isso aí em consideração porque é uma coisa recente, não tínhamos esta informação pelo P Zero, então a SABESP consome energia tanto do Mercado regular quanto do Mercado Livre. Nós estamos levantando dados de consumo e tarifas com concessionária de energia para que a gente possa determinar a magnitude desta redução que nós vamos considerar. E nós vamos ver a Resolução na ANEEL que determina se sair a tempo nós vamos levar em consideração até, senão nós vamos produzir os valores com as informações disponíveis.

Os três itens seguintes sobre cálculo de perdas, CAPEX e cálculo do P Zero nós vamos ver mais detalhadamente aqui em seguida.

A questão, antes da perda vamos falar na questão do volume produzido e faturado. A SABESP mostrou uma estrutura tarifária que tem uma excrescência aí que é usada no Brasil há muito tempo e até hoje poucas as empresas conseguiram se livrar disso que é o tal consumo mínimo. Ela fatura forneça ou não forneça consuma ou não consuma, ela fatura um mínimo de 10 metros cúbicos de qualquer usuário.

Quer dizer, o usuário consome cinco paga 10, consome dois e paga 10, no mínimo ele paga 10. Acima de 10 ele paga o que consumir. E a SABESP tem cerca de 35 a 40% dos usuários residenciais nesta faixa de consumo, que consome menos do que 10 metros cúbicos. E se você pegar cidade pequena, os usuários dos não universais é mais ainda, os pequenos negócios que emprega o mínimo chega até 60% de usuários com consumo abaixo de 10 que estariam pagando 10.

É claro que se a SABESP tivesse calculado as tarifas sem levar em consideração este consumo mínimo, o tarifado seria maior porque ele dividiria por um volume menor, como ela levou em consideração que ela vai cobrar consumo mínimo, isso reflete no valor da tabela tarifária, é uma premissa que você precisa conhecer antecipadamente.

Nós somos contra esta estrutura com consumo mínimo, sugerimos à SABESP uma estrutura binária ou qualquer outra estrutura que o usuário paga pelo consumo, mas a SABESP ainda está desenvolvendo estudo para saber que proposta de estrutura vai apresentar. Então a gente tem um volume faturado que é 12% maior do que o que efetivamente medido.

E aqui é o que eu falei de 30, 40%. Então isso faz muita diferença e se você pegar a Receita que eu preciso obter e se eu dividir pelo volume consumido dá um X, se eu dividir pelo volume faturado que é 12% maior dá um valor menor. Então a gente teria duas unidades diferentes. Se você quer o valor, o custo unitário do serviço prestado você faz pelo consumido, se quer pelo valor vendido você faz pelo faturado. A questão das perdas é afetada diretamente por isso aí. A SABESP usa alguns conceitos de perdas na verdade quando precisa mostrar perda baixa a gente usa o faturado. A perda legítima que a gente considera é o varejo, essa tabela mostra o varejo mais o atacado. E aqui só o varejo.

E aqui eu tenho ARSESP e SABESP considerando volume consumido e aqui considerando volume faturado. Essas são as perdas que a gente acha mais adequadas para trabalhar que são aquelas que a SABESP apresentou 2012, 2016 e nós propusemos essa meta para 25%.

Em termos, sobre o varejo essas perdas de 30,7% iria para 34,30 só na distribuição final e esse e esse 30,10 iria para 33. A nossa meta de 25% corresponderia a 28,13% na distribuição final. Se você calcular as perdas em relação ao volume faturado, considerar que é uma perda de faturamento já que você não fatura, essas perdas são menores porque você fatura mais do que fornece. Então a SABESP teria de 24 para 23% aqui, aqui chegaria a 17 e esses 25% corresponderia a 17. Se você pegar só a distribuição final cairia para 20.

Então aqui são vários conceitos de perda. Aqui considerando o atacado, aqui o varejo, aqui pelo volume consumido e aqui volume faturado. Essa é a perda que a gente considera mais legítima para avaliar o que a SABESP está perdendo. Ela não está fornecendo, ela produz e não entrega ao usuário, são

30%. O que ela fatura depende da estrutura tarifária. Se a estrutura tarifária leva em consideração o consumo mínimo ela fatura um valor em termos de volume e se não tem o consumo mínimo o mínimo valor.

O CAPEX, a variação que nós fizemos do nível do CAPEX, esse CAPEX ainda está sendo analisado, nós temos um detalhamento muito grande por cidade, por projeto, é uma coisa muito complicada.

Nós fizemos uma macro avaliação para saber se aceitava esse CAPEX em função de alguns índices comparando com os custos usados no Plano Nacional de Saneamento para São Paulo. Esses custos nós destacamos alguns parâmetros dessa projeção de esgoto para este exame de referência, para a água nós temos custo de Mercado para a distribuição custo por domicílio que equivale ao conceito de economia.

Então estes custos, este parâmetro aqui no valor de dezembro de 2003 e aqui o valor de dezembro de 2009, atualizamos isso para dezembro de 2012 e temos estes custos aqui. Para esgoto a mesma coisa, coleta um custo por domicílio e parâmetro um custo per capta. E avaliamos qual seria o investimento da SABESP em função das metas físicas estabelecidas considerando estes custos e chegamos aqui a nível dos custo do Plano, custos de investimento da SABESP seria desta ordem 2.200, 2400, três e pouco.

Os números propostos pela SABESP no seu plano são desta ordem. A gente vê que até a nível destes custos unitários propostos pela SABESP são inferiores ao custo adotado pelo PLANASAB (Plano Nacional de Saneamento Básico), quer dizer enquanto a gente não tiver uma informação e investigar mais profundamente a informação através de banco de preço detalhado desses investimento a gente, por isso a gente optou por aceitar inicialmente esta projeção de investimento e até fevereiro nós estamos aprofundando a análise para ver o que há de considerar além disso.

A nível de P Zero a gente tem aqui aquela questão de volume consumido e volume faturado, eu tenho aqui demanda mais perdas gera a oferta, a necessidade de produção que a partir da necessidade de produção mais economia gera os custos que geram a Receita Adquirida.

A Receita Adquirida para o ciclo tarifário da SABESP por aquela fórmula Base Inicial mais base final mais a OPEX, etc. que nós mostramos menos as Receitas Complementares, etc., resultam em 34 bilhões e 350 milhões, aqui estão os componentes, esta tabela aqui também está no site com este demonstrativo.

Aqui o cálculo da tarifa média do P Zero. A gente tem uma Receita Adquirida que é este 34 bilhões aqui e eu estou parando aqui na estrutura tarifária sem consumo mínimo, ou seja, aquela que você só cobra do usuário aquilo efetivamente consumido, aquilo que você mede, entrega, ou uma estrutura com consumo mínimo que você cobra até, estabelece um mínimo que cobra independente do consumo.

O volume consumido nas duas estruturas é o mesmo, você tem 11 milhões, setecentos e pouco no ciclo tarifário, sem consumo mínimo o volume que você faturaria em uma estrutura sem consumo mínimo é o mesmo do consumido. Na estrutura de consumo mínimo você vai faturar mais 13 milhões e 700.

O P Zero que a gente calculou na Nota Técnica que eu acho mais adequado é o P Zero para o volume efetivamente fornecido. Receita Requerida dividida pelo volume do consumo efetivamente do usuário que é o volume entregue que dá 2,95. Se a estrutura é sem consumo mínimo tanto faz você trabalhar com faturado ou consumido, os volumes são iguais.

Se a estrutura tem consumo mínimo eu vou calcular este P Zero em cima de um volume faturado ele vai dar 2,62 e 27 apesar da Receita Adquirida a mesma coisa. Eu vou pegar este 2,62 vou multiplicar por um número maior e chego na menor Receita. Essa é a função.

Por isso que a gente prefere, a comparação mais legítima que é trabalhar com o volume fornecido. O programa da estrutura você vai montar, mesmo porque eu, como falei, o P Zero ninguém paga, é diferenciado você tem um preço até 10, um preço de 10 até 20 por taxa de consumo, por categoria residencial, comercial em função de uso, é um mix de preços unitários que a

SABESP tem cuja média vai resultar em um preço médio que é dado em termos de consumo e dá 2,62 no volume faturado. Era isso aí.

(Aplausos.)

A SRA. GEORGIA PRETE – Obrigada Amaury.

Prezados senhores teremos agora a apresentação da Concessionária, assim convidamos o Sr. José Sylvio Xavier, representante da SABESP para nos apresentar as suas contribuições e considerações sobre o tema, estimamos um tempo de 30 minutos para esta apresentação.

O SR. JOSÉ SYLVIO XAVIER – Boa tarde a todos, parabéns ao Amaury Fontenelle, é um prazer estar nesta audiência pública complementar. A ideia hoje não é exatamente repetir a nossa posição, da audiência pública original. O que faremos então até o final do expediente é protocolando a Nota Técnica, que tem todo o detalhamento, são 96 páginas fora os anexos. Nós não teremos muito tempo em entrar em questões técnicas do que a gente concorda ou não. E além do que eu vi que entraram novos ingredientes e não teremos tempo de comentar.

Bem, então eu daria na verdade um olhar mais estratégico a este debate, um debate muito importante que a gente sistematicamente apoia. Queria falar um pouco, como não canso de falar em todas as audiências públicas sobre a importância desse processo da SABESP com a sociedade.

O que nós estamos entendendo que é a proposta da ARSESP em termos numéricos e o que outros atores que vem participar do debate em breve, como nós vamos perceber a Nota Técnica permite dupla interpretação das propostas, então nós temos também uma proposta para que na Nota Final a ARSESP planeje esta questão.

Vocês falam um pouco sobre a necessidade da tarifa para a SABESP, e por motivo, sobre uma questão que a SABESP se preocupa bastante, a capacidade de pagamento de seus clientes. Toda esta mecânica muito bem apresentada pelo Amaury, ela é mecânica, você tem input, claro que você tem debates que inputs são estes? Se maiores, menores, mas dados estes inputs faz-se uma tarifa que fala só sobre a ótica da oferta, mas ela não fala sobre a ótica da demanda. Então a gente quer também explorar exaustivamente esta questão, o ponto que eu mais vou me ater.

Para finalmente concluir. Com relação à importância do processo, eu acho que a gente poderia falar várias coisas aqui, o que, quão é importante para um processo regulatório, queria me ater a um que é bastante concreto, bastante objetivo.

Bom, SABESP para captar recursos no Mercado de debêntures, junto ao BNDES, junto à Caixa Econômica Federal tem que se submeter a um processo de Rating então você contrata uma Agência de Rating e ela tem que dar notas. Quanto melhor a nota maior é a qualidade do crédito e portanto, como nós vamos ver melhor o custo de captação.

Bem, se nós pegarmos, aqui está um pouco ruim para vocês olharem, mas se você pegar, por exemplo, uma metodologia da Moodys que é uma das Agências que fazem o trabalho de Rating vai perceber que 40% dessa nota tem a ver com questões regulatórias. Ela praticamente divide a importância do processo regulatório com as coisas clássicas de uma Agência de Rating que é a capacidade de pagamentos. Então 40% desta nota são em função de ambientes regulatórios, se você tem estabilidade no processo, se tem previsibilidade de regras, etc.

Então, SABESP apoia independentemente do debate, da magnitude da tarifa, e sempre irá apoiar o processo. A SABESP entende que é bom, fundamental para a sociedade que a ARSESP se estabeleça, amadureça, que tenhamos regras claras, tenha a possibilidade de atuar como tem atuado de forma independente porque isso custa para a sociedade.

Se vocês olharem na composição dos custos tarifários, o custo de capital tanto próprio quanto de terceiros são componentes importantes. Então, a presença regulatória reduz este custo de capital. Para você ter uma ideia, a SABESP hoje é duplo B mais de Rating, ela ainda é considerada grau especulativo, ela precisa crescer um degrau para ser chamada grau de investimento.

Então, neste gráfico os senhores percebem o quanto reduz o custo de capitação a partir do momento que ela passe para três B menos, ela já passa para o grau de investimento. Então, passou praticamente ser meta corporativa da SABESP atingir este patamar de grau de investimento, e temos certeza que a medida que este processo que estamos vivenciando hoje ele faz, a SABESP vai passar a ter esse grau de Rating e portanto, vai passar a ter condições de captar patamar bastante inferior.

Aliás, a composição do custo médio ponderado de capital que foi o debate de outra audiência pública, nós estamos precificados pela ARSESP com três B menos ou algo parecido, então tem que ser meta nossa. Então daí a importância do processo para a sociedade porque a sociedade vai se apropriar futuramente dessa redução de custo de capital.

A proposta da ARSESP pode ser vista sob dois pontos de vista. Se você pegar a página 42 da Nota Técnica é explícito e a proposta é de 1,94% sobre a tabela tarifária atual como disse o Amaury, não estamos mexendo com estrutura tarifária, portanto linear.. Porém, fundamentalmente os analistas do Mercado de Ações olharam esta coisa por outra ótica e as duas óticas são passíveis de serem defendidas. Que ótica eles olharam?

Se você pegar na página 51 aonde se fixa a Receita Requerida como foi dito aqui, se você compará-la com a Receita Contábil da SABESP porque o Mercado só conhece a Receita Contábil você pode chegar a um aumento de 11,1%. Que conta eu fiz aqui? Eu peguei a Receita Contábil de janeiro já era agosto, analisei, apliquei o reajuste que foi dado em 2012 de 5,15 porque até agosto não está presente. Comparando com a Receita Requerida você chega no aumento real de 11,1%. Então, tanto 1,94 é defensável quanto o 11,1. Isso

realmente atordoou bastante o Mercado. Todos estes meses, esse tempo nós temos debatido aqui, no exterior qual de fato esta proposta.

Bem, eu acho que esta questão que honestamente ainda não está totalmente clara, eu acho que ela será pacificada a partir do momento da conclusão do processo, a ARSESP divulgue esta tabela tarifária decorrente deste reajuste, aí ficará claro efetivamente um incremento real que a ARSESP está propondo.

Eu acho que aqui foi um pouco esclarecido, mas de preferência explicitar se nesta tabela tarifária já está ou não com o COFINS/PASEP ou se ela vai ser tratada à parte, se a taxa de regulação está também nesta tabela tarifária, e outros encargos legais. Aí eu acho que caberia tudo porque esta questão do P Zero faturado, micromedido, se tem ou não reforma, pode ser várias coisas aí, não é? É uma linguagem que como eu disse não é comum para às pessoas que não estão vivendo o negócio. Então aqui na verdade a única sugestão objetiva que nós faremos, o restante como eu disse estão nas nossas 93 páginas da Nota Técnica.

Com relação às necessidades, a SABESP tem investido em torno de dois bilhões por ano nos últimos anos, ela tem uma meta obstinada de atingir a universalização de serviços até o final da década.

Em compensação como vamos ver exaustivamente nos próximos slides, essa tarifa tem andado de lado faz tempo, não estamos conseguindo nem reajustar pela inflação. Então o incremento da Receita tem se dado puramente pelo incremento do volume da dívida decorrente dos investimentos que são feitos, então isso não se sustenta. De fato é necessário um aumento real e como nós vamos ver amplamente, não só necessário como possível.

Então, a questão da universalização é uma âncora mercadológica, o Mercado de saneamento começa a ser competitivo e a partir do momento que você universalize o fluxo de caixa da operadora fica bonito porque todos os investimentos já foram. A partir do momento que você tenha a consolidação regulatória passa a ser o Mercado muito atrativo. É uma âncora fundamental essa questão da universalização até o final da década.

Só que para isso nós precisamos de investimentos em torno de 10 milhões e para isso nós precisamos de lucro compatível e para isso nós precisamos de Receita adequada, uma tarifa condizente para ter sustentação financeira.

Esse ciclo tarifário, esse que estamos vivendo é essencial, ou a gente consegue auferir um aumento real razoável agora ou não vai universalizar porque os investimentos são de longa duração. A SABESP está começando agora a licitação diz que atrasou, mas já está aí, senão me engano semana passada e o Projeto São Lourenço que nós vamos buscar água a 160km de São Paulo porque não tem água na Região Metropolitana de São Paulo. É um projeto caro, demorado, o projeto é realmente uma água que por falta de opção pode sair bastante cara. E você precisa de tarifa agora, não é no outro ciclo, é vital isso para a SABESP.

Bem, a SABESP não pretende imprimir apesar desta necessidade de investimento, o endividamento explosivo então a gente quer financiar este investimento com muita responsabilidade sem aumentar significativamente este endividamento e para isso precisa de recursos próprios e recurso próprio é lucro. Lucro não é ganância, é outra parte que dá origem aos recursos e você só auferir lucro com tarifa.

As pessoas se espantam com lucro da SABESP, ou seja, tem muito lucro. Não tem, ele chama a atenção porque é alto, mas é insuficiente para sustentar o Plano de Investimento com responsabilidade. Mesmo porque se você expandir muito este endividamento seu custo de capital também sobe até um momento em que você não consegue mais atrair recursos.

Capacidade de pagamento. Quanto deve? Se a gente olhar na estrutura desse plano familiar, saneamento tem uma participação bastante pequena relativamente a outros clientes. Então vem de dispêndio familiar 0,66% com água e esgoto contra 2,30 com Energia Elétrica, 1,24 Telefonia Fixa, 0,96 de Telefonia Celular, 0,89 de Telefone, 0,70 de gás.

Então o impacto no Orçamento Familiar não são alvos expressivos, então não é algo possível. Agora preciso dar um dado importante para vocês, a

SABESP do total de investimento no Brasil, ela investe 30%, é responsável por 30% do investimento total que é feito no Brasil em Saneamento. Há um equivalente a 0,2, 03% do PIB do Estado de São Paulo, então não preciso aqui falar dos desdobramentos empresariais que isso traz, geração de emprego, etc.

Em compensação a tarifária da SABESP é menor hoje do que quando ela foi criada. Se a gente pegar os reajustes tarifários desde 70 e alguma coisinha a gente percebe que hoje é menor para sustentar todo esses investimentos. Se a gente pegar a participação da conta mínima de 10 metros cúbicos no salário mínimo, em 73 era 7,9%, hoje é 4,9%. Reajustes das demais companhias, SABESP em vermelho, se a gente pegar a média de 2006/2012 as outras companhias de saneamento têm auferido reajustes bem mais robustos do que da SABESP. Sem crítica porque também tem as suas metas que têm que ser atendidas.

Nós também estamos atrasados relativamente às outras empresas estaduais. Eu não queria nominar, mas se você pega 16.25, etc. Então a SABESP tem ficado abaixo da inflação neste período, a inflação foi superior aos reajustes auferidos. Você pega 2012 historicamente isto tem sido bastante recorrente, então mais uma vez tem espaço.

Hoje a SABESP tema décima sexta menor tarifa média dentro do país, liderada inclusive em Estados em condições socioeconômicas bem mais desfavoráveis que o nosso, temos uma tarifa média menor do que a média nacional, já foi a época que a SABESP tinha uma das menores tarifas do país.

Em termos de tarifa mínima residencial nós fomos o quinto menor do país, em termos de tarifa mínima comercial nós fomos o segundo menor, tarifa industrial normal somos o menor do país, nós temos a menor tarifa mínima industrial e como nós vamos ver depois são poucas as indústrias que se situam nessa faixa de consumo, além de que as indústrias tem condições especiais, contratos de fidelização, outro tipo de relação.

Nós fizemos aqui um cenário virtual de 10% de aumento real, mas também insuficiente, 1,79 é insuficiente, 11,1 se for esta abordagem que a

gente passou é insuficiente, 10% também é insuficiente para sustentação, na Nota Técnica vocês vão ver qual é a nossa proposta que não é muito longe disso, mas nós explicitamos lá as nossas necessidades.

Nós fizemos um cenário de 10% real para ver o impacto efetivo em termos absoluto na conta das pessoas. Tem impacto relativo à exploração política, da Imprensa, 10%, 11%. Como a tarifa da SABESP é baixa, o impacto absoluto é inexpressivo.

Vamos pegar, por exemplo, a tarifa residencial social que é o seguimento mais vulnerável daquelas clientes da SABESP. Pessoal com renda até três salários mínimos, etc. Se a gente aumentasse 10% a tarifa você teria 65% dessa população com aumento no máximo de 1,8 reais, água mais esgoto, é uma moedinha.

Se a gente pegar a Nota que é onde circula maior parte dos clientes é um real, 1,8 reais, um impacto inexpressivo. Residencial normal, 10% de aumento para 38% dos clientes seria de 3,2 reais, para 65% dos clientes cinco reais. Aqui a categoria do seguimento que estamos inseridos, cinco reais por mês de acréscimo pelo benefício de saneamento do Estado de São Paulo, bastante inexpressivo, não é? Mesmo que você desça você vai chegar a 95% dos clientes tendo um aumento de no máximo 14 reais por mês de água mais esgoto.

Se a gente pegar um consumo médio de uma família que é 14 metros cúbicos, 14 mil litros com 5,18 reais de aumento dá para você comprar três garrafas de água mineral, tomar dois cafés, dois refrigerantes, ou falar 13 minutos no celular numa tarifa média de 0,40 por minuto e nem dá para você pegar ônibus ida e volta, você pega na ida e na volta precisa ser meio do caminho porque eu acho que está três reais o ônibus.

E com isso lava o rosto 5.600 vezes, lava os dentes 2800 vezes, dá descarga 1500 vezes, tomar banho 300 vezes e lavar roupa 105 vezes. Dá para fazer bastante coisa com 5,18 reais. Se você pegar a comercial também, a maior frequência no comércio está na casa dos 10 metros cúbicos. Pegar um aumento de 6,4 reais, se você pegar a média que está 16,20 dá 18 reais. Por

menor que seja o Comércio o que são 18 reais? Se pegar também a indústria a maior frequência da indústria também um consumo de até 10 metros cúbicos, teria um aumento de 6,4 reais. E se você pegar a média que está entre 36 e 40 metros cúbicos por mês você teria 66 reais de aumento. O que é 66 reais para uma indústria por menor que seja diante dos benefícios que isso gera para todos nós?

Então a nossa conclusão é de que um reajuste tarifário condizente é necessário, justificável e acessível. Muito obrigado.

(Aplausos.)

A SRA. GEORGIA PRETE – Obrigada Sr. José Sylvio por sua participação nesta audiência. Para dar continuidade ao evento convido os membros da Mesa que retornem aos seus lugares.

Daremos início à etapa de manifestação dos inscritos lembrando que obedeceremos a ordem de inscrição e o tempo destinado a esse ato. Convidamos então o primeiro inscrito para apresentação de suas contribuições, o Sr. Carlos Antônio Cavalcante, Diretor do Departamento de Infraestrutura da FIESP.

Sr. Carlos Cavalcante? A gente tem mais um inscrito, pode avançar? Pode inverter? Então convidamos o segundo inscrito, Sr. Sebastian Butto, representante da Siglasul que irá nos apresentar as suas contribuições.

O SR. SEBASTIAN BUTTO – Boa tarde a todos. Obrigado aos participantes, temos algumas contribuições da Nota Técnica que é particular sobre dois pontos, a gente entende que deverão ser revisados e aprimorados a Nota Técnica Preliminar na consulta pública para que ela fique condizente com aquilo que estava estabelecido na Nota Técnica Metodológica que foram homologadas em abril de 2012. A Nota Técnica Preliminar está falando do P

Zero aqui de dois mil reais por metro cúbico que vigorará para o período tarifário, em particular para o primeiro ano tarifário.

No entanto a Nota Técnica estabelece que o ano tarifário será de setembro de 2012 até agosto de 2013 e a tarifa poderá, sendo publicada em 08/02/2013, poderá ser aplicada só a partir de março 2013, então será necessário fazer uma recomposição tarifária uma vez que ela só vai ser aplicada desde de setembro de 2012.

A Nota Técnica não diz nada em relação a esta mecânica de compensação que se pede na Nota Técnica Final que aborde este tema uma vez que este tema já está contemplado pela Nota Técnica Metodológica que diz que isso abre passagem na aplicação da tarifa final e haverá a devida compensação para manter o equilíbrio econômico financeiro da empresa.

Outra questão na Nota Técnica Preliminar se verifica que se fez dois ajustes em relação aos custos operacionais, uma glosa no primeiro ano base e uma redução dos custos operacionais através do Fator X ao longo do período tarifário de forma tal que a empresa atinja a continuidade de eficiência do efeito do Fator X, (ininteligível-1:31:44). Essa proposta traz uma dupla penalização em relação às ineficiências porque toda análise de benchmarking que foi feito resultando no cálculo, a análise de benchmarking se comparou à empresa, a SABESP com outras empresas locais e internacionais sem a glosa dos custos e o resultado desta análise de benchmarking e com um grau de ineficiência da SABESP de 5%, no entanto a glosa do primeiro ano foi 13%. A glosa do ano base foi maior que o nível de ineficiência observado no benchmarking quando se compara preço com as demais empresas do setor de saneamento. E é neste sentido havia uma duplicidade na punição. A memória de cálculo que foi utilizada lá (ininteligível-1:32:39).

Outra questão que tem a Nota Técnica traz para esse ciclo tarifário uma redução do P Zero em função dos investimentos não realizados de 2007 até 2011. Faz-se uma interpretação de que esses (ininteligível-1;32;56) estabelecidas na Nota Técnica Preliminar, desculpe, na Nota Técnica Metodológica Final.

Sobre a Nota Técnica Metodológica Final estabelece quais os reajustes de investimentos desta Nota Técnica do final de 2012, anterior a ela.

Nós entendemos que a análise dos investimentos que deveriam ser feitos pela comparação do valor do montante de monetário investido (ininteligível-1;33;23) deveria levar em consideração o atendimento de metas e serviços (ininteligível-1;33;29) por uma gestão eficiente onde conseguiu um investimento melhor.

Agora estou propondo que a gente (ininteligível) equação da Nota Técnica Preliminar que tem que ser condizentes com os princípios econômicos estabelecidos na Regulação por incentivo na regulação que se estabeleceu, se escolheu para regular o sistema de saneamento.

A primeira tem que ver com a Regulação por Incentivo é criar os incentivos para ter melhor eficiência. O incentivo devem ser, implicam na apropriação temporal da renda, o benefício de ser mais eficiente para depois repassar aos consumidores e se criar um círculo vicioso.

A gente entende que alguns pontos devem ser aprimorados. Primeiro, a Nota Técnica quando ela calcula os efeitos do nível de ineficiência da Indústria. Outro ponto é o Fator X se requer o repasse integral do ganho de melhora tecnológica você tem que ter um repasse compartilhamento de seus ganhos de eficiência tecnológica.

Por outro lado esta Nota Técnica se fala em um repasse integral das outras Receitas, Receitas Indiretas que pela regulação deveria existir um compartilhamento de forma a incentivar a busca desta economia de esgoto. É isso, obrigado.

(Aplausos.)

A SRA. GEORGIA PRETE – Convidamos o primeiro inscrito para apresentação de suas contribuições, o Sr. Carlos Antonio Cavalcante, Diretor do Departamento de Infraestrutura da FIESP.

O SR. CARLOS ANTONIO CAVALCANTE – Boa tarde a todos. Eu queria em primeiro lugar não agradecer a ARSESP pela audiência pública, faz parte do ordenamento legal do funcionamento da Agência, isso faz parte do exercício do direito do consumidor de intervir neste processo, e gostaria contudo de salientar, ressaltar a importância e contraste da atitude da Diretoria que está conduzindo este processo com outras situações vividas aqui nesta Agência, porque aí sim, a pessoa do Dr. Hugo Oliveira nós temos encontrado uma pessoa que presta satisfação, tem buscado esclarecer os pontos de vista e os pontos de vista da Diretoria que ele dirige e ao mesmo tempo busca manter um diálogo muito aberto, democrático com todos aqueles que participam deste processo.

Então, ao Dr. Hugo que tem um nome de respeito não só na sua passagem por esta Agência, mas respeito internacional por uma série de instituições pelas quais passou no Brasil e fora do Brasil, eu queria aqui reconhecer e aí sim agradecer a postura, o trabalho e a dedicação que tem tido neste processo.

Bom, a segunda observação de introdução eu queria dizer que em audiências públicas a FIESP como se comporta no caso das concessionárias que são reguladas pela ARSESP. A FIESP não critica empresas, no lugar da querida e também muito respeita ex-Secretária Dilma Pena que hoje preside a SABESP, que eu acho que tanto ela quanto o seus Diretores e seus colaboradores tem a obrigação de defender a empresa. O consumidor é quem não tem alternativa para consumir água e saneamento no Estado de São Paulo.

A SABESP opera na sua base com monopólio por isso o trabalho da Agência é o trabalho de regular, por equilíbrio entre as posições para que a empresa tenha o seu lucro, a sua margem operacional e aquilo sim, que é a

capacidade de dar andamento de tarifas por parte do consumidor e a forma como essas tarifas devem ser geradas.

Então, nesse sentido, o papel da Diretoria da SABESP é um papel de qualquer empresário, administrador de uma empresa e ele está correto, ele busca determinado interesse. O papel da Agência é o papel de equilibrar essa relação entre o consumidor que não tem alternativa e uma empresa que evidentemente não está nos seus interesses.

Então, nesse sentido a nossa crítica aqui não se dá em relação à SABESP ou seu quadro de dirigentes. A nossa crítica aqui vai se centrar em relação à ARSESP e o que a ARSESP já fez e o que ela ainda não fez nesse processo de revisão tarifária para defender uma relação mais equilibrada entre o consumidor da SABESP e os interesses da empresa.

Nesse sentido é preciso salientar que a primeira fase desta audiência pública chamada de preliminar ela foi caracterizada por absoluta insuficiência de informações. Nós abrimos um processo de revisão tarifária sem divulgação pública do Plano de Negócios da SABESP. Uma situação no mínimo peculiar para não dizer que viciava o processo.

E, um elemento fundamental que é o laudo da auditoria que reuniu a base de ativos também não havia sido comunicada. Coube outros elementos importantes de informações necessárias para que o consumidor se defendesse nesse processo de revisão tarifária.

Nossa ação cautelar da FIESP foram de fato o Plano de Negócios e o laudo da base de ativos da SABESP trazendo um pouco de luz a este processo de revisão tarifária. Então nós vamos comentar aqui alguns pontos que já são possíveis identificar. Eu gostaria de dizer aos senhores, em grosso modo isso foi caracterizado na explicação brilhante do Dr. Amaury.

Basicamente quando a gente vai discutir margem, vamos discutir aqui falta imposto nessa fórmula, mas a grande família, as grandes famílias de discussão é o investimento, custo operacional, a base sobre a qual incide a

taxa de remuneração de custo e capital dividido pelo volume. Isso vai determinar a base que neste caso vai dar a tarifa.

O interesse aqui senhores é muito claro, é relação matemática. O concessionário vai querer aumentar o CAPEX, o maior volume de CAPEX e isso não significa que ele vai realizar o investimento. Isto significa que ele nesse momento vai empatar a definição da tarifa, ele vai querer aumentar o OPEX, ele vai querer aumentar a, e o valor da base e ele vai querer diminuir o volume porque isso na nossa matemática vai aumentar a sua base, portanto a sua tarifa.

Bom, nós temos que entender que esses fluxos, esses vetores de força o que a SABESP no seu Plano de Negócios dá números de CAPEX, de OPEX muito altos e ela diminui os números de volume.

Vamos para a frente e vamos procurar entender isso, não é? Porque nós vamos começar pela discussão de volume? No estudo de Mercado para projeção de volume feito pela ARSESP a gente discutir esse elemento fundamental. Aqui foi falado nos contratos entre a SABESP e os municípios e a ARSESP se limitou a fazer uma projeção com base no volume dos dois anos anteriores.

Isso é absolutamente inconsistente do ponto de vista regulatório. É preciso que se abra as informações muito claramente do que são os compromissos que a SABESP tem com o municípios, quais são as metas que ela tem que atingir, quais são, isso vai depois obviamente impactar o CAPEX para que se conheça aquilo que é fundamental para discutirmos o número do P Zero que vai na tarifa.

Esses dois anos de projeção são absolutamente inconsistente eu repito, e talvez isso não tenha sido uma deficiência regulatória ou de metodologia da ARSESP, isso tenha sido uma deficiência no Estado de São Paulo, da Secretaria responsável por esta Agência o que indica uma ausência de estratégia e de planejamento de uma política de expansão e de universalização dos serviços prestados pelas empresas.

Então, de qualquer forma o volume proposto pela ARSESP na Nota Técnica, como ele não é resultado de um estudo de Mercado e sequer de projeção de base histórica consistente do nosso ponto de vista ele só pode ser considerado um chute porque é uma projeção até matemática e bastante inconsistente.

Muito bem, o que nós propomos? Que a última fase da revisão tarifária considere a elaboração de estudo mais sério e mais consistente, que considere, que inclua as obrigações estabelecidas nos contratos, isso é preciso vir a público, considere aquele critério também de aumento da população e os ganhos de volume a partir dos novos ciclos de investimento que não estão previstos no cálculo apresentado.

Muito bem. Segundo ponto diz respeito a um aspecto que foi aqui amplamente discutido pelo Dr. Amaury que é a cobrança da tarifa mínima. Os consumidores pagam os 10 metros cúbicos que é o faturamento mínimo praticado pela SABESP, esse volume total faturado superior que foi aqui contido 13, 14% em relação ao volume distribuído. Dessa diferença nós tínhamos falado, tinha calculado em 10%. Os números nunca são claros, aqui nós vamos ver isso longamente daqui para frente e disso já gera uma distorção que nós vamos observar aqui.

Vejamos, esse é o volume, é o Mercado projetado pela SABESP, esse é o Mercado realizado pela SABESP e essa aqui é a projeção em relação a esse número que é a média da ARSESP de projeção do Mercado, projetamos esse número aqui.

A SABESP por incrível que pareça, ao invés de partir com o número daqui, com aquela intenção de diminuir volume ela projeta esse Mercado aqui em baixo com diferença aqui. E a ARSESP coloca uma inconsistência no sentido de trazer essa projeção para cá quando a sua projeção deveria estar aqui.

Isso já gera uma diferença daqui em relação aqui da Nota Técnica, do realizado pela SABESP e da Nota Técnica de 9% em relação ao projetado pela SABESP de 11% já partido, já caracterizando uma distorção que prejudica o

consumidor. Então, volto à fórmula e sempre vai estar aí essa situação. A SABESP vai procurar sempre nessa revisão tarifária diminuir o volume para que o seu resultado de margem seja mais satisfatório.

A posição da FIESP é muito clara. O consumidor deverá pagar única e exclusivamente pelo que ele consome. E isso vai ter que ser revisto na estrutura tarifária da SABESP, e eu concordo com o Dr. Amaury, a nossa posição aqui é a mesmo.

Mas agora o volume que nós temos que usar não é o volume consumido, mas o volume faturado. Isso aqui é fundamental nesse momento para cálculo do P Zero. Essa é uma posição que a gente deixa muito claro.

A utilização do volume faturado evitará que a SABESP capture indevidamente um valor correspondente a mais de 8% do P Zero do que essa diferença matemática a qual, caso contrário vai dar uma bofetada na cara do consumidor. Então, utilizado o volume faturável neste reajuste preliminar e eliminar da estrutura da revisão tarifária a cobrança do consumo mínimo, condições que a gente coloca aqui muito fortemente.

Investimentos. Eu nunca vi uma situação como esta, já participei de várias revisões tarifárias, o CAPEX é apenas financeiro, não foram apresentadas metas físicas vinculadas ao Programa de Investimento e não há os preços unitários nestes investimentos. É impossível que o consumidor avalie se este número existe ou não, é impossível que o consumidor possa, e aí Dr. Amaury, comparar com PLANSAB em um critério que eu possa até entender que vocês tentaram se agarrar em alguma situação, mas não estamos analisando a SABESP.

Nós estamos tentando criar uma metodologia para justificar os números quando a concessionária tem a obrigação de abrir à Agência que já antecipou que fará nos próximos meses. Então, provavelmente nós estamos na época de fazer a revisão tarifária da SABESP, os estudos não estão prontos. É preciso o preço de Mercado para saber se os números apresentados pelo concessionário existem ou se são simplesmente uma obra de ficção porque nós vamos pagar

por estes investimentos e não é possível que a gente pague pela construção de uma espaçonave que provavelmente não existe.

Então é preciso definir, detalhar criteriosamente as metas físicas e o estudo de consistência que tenha preços unitários para que a gente possa sentar aqui e conversar, porque se não fizermos isso absolutamente não vamos ter o processo de revisão tarifária. Isso é feito em todos os concessionários de gás, de energia elétrica, em todos os concessionários regulados no Brasil. Nós não podemos aqui no Estado de São Paulo, diante de uma empresa tão bem sucedida como a SABESP acreditar em um número de vários e vários bilhões de reais e passar essa conta para o consumidor porque ele precisa e merece respeito.

Bom, Dr. Amaury também respondeu parcialmente à nossa contribuição apresentada por escrito, os custos com energia elétrica. Nós da FIESP lançamos uma campanha há dois anos, mostramos quanto era injusto que o brasileiro continuasse a pagar como era intenção dos concessionários pelo valor de construção de usinas hidrelétricas e transmissão, que era necessário estudar estes custos do preço da energia elétrica e mostramos que sobre uma base de 20% da geração e 80% da transmissão reduzindo, eliminando, expurgando o custo de manutenção que todos nós já tínhamos pagado na conta de luz, foi possível reduzir a conta de energia elétrica do Brasil, essa que nós estamos consumindo aqui hoje em 20% já a partir do dia primeiro de janeiro.

A SABESP gastou 650 milhões em energia elétrica, sua previsão para 2013 é 660 milhões, nós não vamos aqui neste processo permitir que ela e seus acionistas não repassassem as tarifas - este ganho que é um ganho da sociedade brasileira, porque isto não é plano de eficiência, isto é redução de custo e redução de custo tem que ser apropriado no OPEX. Então de novo nós reforçamos esta mensagem no sentido de que esse dinheiro não suma, que este dinheiro seja incorporado em reduções da tarifa da SABESP.

Outro elemento que é preciso considerar Dr. Hugo, Dr. Amaury é que sabemos que esta tarifa de esgotamento sanitário é também uma criação, é

arbitrada em função do volume de água consumida. Há diversas áreas na base de construção da SABESP onde o esgoto coletado não é tratado, nesses casos a tarifa de esgoto deveria ser menor, pois o consumidor está pagando um serviço que não existe que é o tratamento do esgoto.

A ARSESP está, falar que o consumidor deve exigir uma discriminação do valor de coleta e tratamento para a cobrança correta da tarifa de esgoto conforme o serviço definitivamente é fornecido porque a concessionária tem a obrigação de fazer o que ela tem obrigação de fazer. E ela não pode cobrar sobre aquilo que ela não faz, a SABESP não pode cobrar da gente pedágio de rodovia, não pode cobrar da gente alimento, ela não pode cobrar da gente água que ela não distribui, não estou dizendo que ela faz isso, e ela não pode cobrar ou continuar cobrando pelo tratamento de um esgoto que ela não trata. Vamos por o pé na porta e vamos dizer que a concessionária tem uma responsabilidade na prestação do serviço. Isso daqui é apropriação indébita.

Esse é o esgoto que a gente está pagando, é o tratamento de esgoto que a gente está pagando na base da SABESP. Muito bem, entrando rapidamente no cálculo de base de remuneração, uma verdadeira sopa de letrinhas ou de números.

Eu queria uma explicação do que é a planilha total geral da base de remuneração que está na Nota Técnica. Está na Nota Técnica dizendo que o valor é 12 bilhões. No seu site, no site da ARSESP há um arquivo base de ativos da SABESP, e uma planilha total geral da base de remuneração onde a base é 12 bilhões. Na Nota Técnica 26, o relatório de informações semestrais da SABESP, o valor informado é 21 bilhões e o laudo feito pela empresa que foi contratada 26 bilhões.

Esse número foi considerado pela ARSESP no plano da Nota Analisada da Nota Técnica. Esperava aliás que o valor regulatório seja menor que o valor contábil, o concessionário em que a gente não verifica isso.

Há uma incoerência de números, o processo não está concluído, ele não pode ser validado porque a ARSESP não tem o relatório da consultoria

contratada e o que a gente está percebendo é a escolha de um número mais favorável à SABESP.

Então, aqui é preciso entender que desse processo o caminho tem que ser colocado a história porque é preciso sair este relatório para que a gente tenha o mínimo de segurança para entender que base de ativos vai ser colocado nesta fórmula sobre o qual incide a taxa de remuneração, capital da empresa.

Aqui evidentemente é importante salientar que a metodologia consagrada de valor de reposição ela pressupõe deficiência de preços e aderência de Mercado, Não é possível utilizar o preço da própria empresa enquanto a única informação disponível são os preços da própria empresa. Então, nesse assunto base de regulamentação o consumidor está absolutamente cego para uma coisa que ninguém entende que o número correto aqui.

Outra situação que a gente não consegue entender metodologicamente. A ARSESP aceitou a rubrica obras em andamento e seu valor de 6,4 bilhões de reais como parte da base de remuneração.

Espera um pouquinho, obra em andamento ou é CAPEX ou não é base de remuneração, ou é pronta, é base de remuneração. Obras em andamento é investimento, ele não pode estar nos dois lugares e ele conceitualmente não pode ser aceito como base de remuneração, isso é preciso corrigir. Ela não pode integrar de forma nenhuma a base de remuneração.

Antes de mais nada porque este número não está aberto, não há uma análise crítica da ARSESP sobre critérios de prudência, de investimentos, anotações de custos um por um, se os investimentos foram autorizados, não foram analisados pela Agência, os seus valores, os preços de referência e também não há informações sobre fiscalização dessas obras por parte da ARSESP.

Proposta FIESP exige valor correspondente ao item obras em andamento seja retirado da base de remuneração, isso aqui é uma coisa completamente de remuneração regulatória estranha e essas discrepâncias de

valor de base de remuneração devem ser declaradas após a comunicação desse relatório de revisão de consultoria contratada pela ARSESP.

O oitavo item perdas de água, esse aqui é bem grave para o consumidor. Nota Técnica é omissa, as perdas de água são parte integrante do custo operacional da SABESP e portanto parte do cálculo do P Zero.

A SABESP produz uma grande quantidade de água, a diferença em relação o que ela vende à população e ela nos cobra a todos nós para produzir toda esta água e é isso que está no OPEX dela. Como nós sabemos que existem perdas nós vamos tentar decompor um pouco essa situação. Também verifica-se na tabela a seguir que as projeções de perdas aí no trabalho metodológico da ARSESP, mesmo depois de ajustados pela Agência não estão de acordo com os valores históricos verificados no site da SABESP. A ARSESP não explica esta diferença.

Aqui nós vamos nesta tabela, engraçado que o Dr. Amaury já entrou nesta conta no site da SABESP, você tem uma situação de perdas de 25%, de 27 a 25, na Nota Técnica esse número vai de 30 e fica aqui em 30. A Nota Técnica, o Plano de Negócios, a Nota Técnica da ARSESP esse número a partir de 2013 se aplica aqui um redutor de 29 para 25 que é preciso esclarecer se nós estamos ganhando alguma coisa.

É preciso esclarecer porque se o número de 2011 é o número que nós vamos chegar em 2016, é necessário maior esclarecimento e apuração técnica em relação a isso. Nós entendemos que a ARSESP deve claramente arbitrar metas de redução de perdas para a SABESP.

Aqui foi falado na audiência pública, não nesta sala, mas na audiência pública anterior que a SABESP entende que é muito caro fazer essas coisas. Então ela acha que este quadro é normal. Ela não vai investir para reduzir as perdas em relação à água que ela produz, não é que ela produz porque ela recolhe, ela coleta, que ela capta. Porque é um negócio diferente de outros negócios da Indústria.

Nesse caso aqui, vende alguma coisa para a qual vocês não pagam, sai de graça na natureza, então é preciso, é diferente de produzir produtos na Indústria. Então, o quadro a seguir elaborado aqui e eu chamo a atenção do Dr. Amaury, esse quadro a seguir, é preciso que depois desse ajuste é preciso verificar o seguinte, eu não consigo entender porque não reconhecidos, reduz em pessoal, reduz em serviços, reduz em despesa geral e não reduz em material, em material de tratamento, não reduzem terceiros.

Então aqui é importante que a ARSESP dê satisfação à população porque esses valores que não foram reconhecidos, porque estes valores não estão impactados no sentido de fazer com que todos eles conduzam para a meta de redução de perdas de água da SABESP.

Bom, é isso o que está explicado aqui, materiais deste quadro aqui está já, eu falei, pode passar. Bom, como o número não é o forte da SABESP, a gente achou um terceiro número que está Dr. Amaury no site da SABESP que é o relatório de sustentabilidade da empresa. Como se a consistência desses números, porém ela diz ali sobre 2011 que ela produziu três trilhões de, ela capitou, ela coletou três trilhões de litros. Fazendo a mesma conta do senhor somando o Mercado de vareja com o Atacado ela faturou dois trilhões de litros. Bom, a SABESP perdeu um trilhão de litros nesta brincadeira e apareceu os 33, 34% que o senhor calculou ali que apareceram ali na sua apresentação. Um trilhão de litros, porque quando a gente fala 24, 25, 27 e 30 a gente não sabe o que é isso. Aí nós resolvemos fazer a conta em litro de água. Vamos imaginar uma garrafa de litro de água. E aqui nós estamos falando de um trilhão de litros.

A Represa de Guarapiranga tem 171 bilhões de litros de capacidade, a SABESP abre o ralo da Represa de Guarapiranga e esvazia seis vezes por ano, sabe quem está pagando essa conta? Nós, os consumidores. Seis vezes por ano.

Me desculpe minha demora, era pra ter o compromisso, eu acabei incomodado com a realidade desses números, mas o fato é que nós precisamos apontar. Nós estamos jogando seis capacidades da Represa de

Guarapiranga por ano no lixo. Claro, vocês não estão pagando a água. Os números incomodam, eu sei, ele me assustou.

Dr. Hugo talvez a sua maior contribuição e da sua Diretoria seja a de apontar que a SABESP, tem que trabalhar com muita clareza e precisa ter uma regra clara e definida pela ARSESP para tratar o problema.

Água doce é um bem finito, bastante escasso no planeta Terra e nós não podemos conviver, eu não vim aqui dizer que os outros concessionários no Brasil tem números, nós sabemos. Sabemos perfeitamente, mas o problema de um não justifica a maledicência do outro.

Como conclusão ao contrário do representante, da corajosa apresentação do representante da SABESP, nosso posicionamento é claro, nenhum reajuste tarifário, o caso seria rever uma série de números e impor uma redução tarifária. Há outras formas que não seja o Banco, que não seja o consumidor para a gente garantir que haja investimentos e que haja mais seriedade na relação do consumidor ou com a sua base de clientes.

É possível quem sabe aplicar o dinheiro que vocês distribuem aos acionistas. Quem sabe cinco, 10 anos recolhendo com base nesta tarifa, não distribuindo dividendos aos acionistas faça com que a SABESP arrume a casa e que não venha pedir recursos da sociedade e da sua base de clientes para justificar o seu trabalho.

Aqui o nosso posicionamento Dr. Hugo, Diretores da ARSESP, nenhum reajuste tarifário. Zero vírgula zero por cento é o número razoável para ser aplicado à SABESP neste momento, fora toda a correção e toda transparência que ainda é necessária e faz falta neste processo. Obrigado.

(Aplausos.)

A SRA. GEORGIA PRETE – Agradecemos a participação dos senhores que trouxeram as suas contribuições e como não houve novas inscrições as

apresentações estão encerradas. Convido os membros da Mesa que se ocupem os seus lugares e passo a palavra ao Dr. Hugo para as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE HUGO SERGIO DE OLIVEIRA – Eu queria agradecer a todos a participação. Nós estamos analisando as contribuições para dar as respostas para todas as dúvidas, todos os questionamentos e esperamos dentro do possível seguir com o cronograma. Caso não seja possível sanar até a data estabelecida talvez se avalie a possibilidade de alguma postergação e um prazo maior para a resposta totalmente sólida, mas ainda não é uma posição definitiva, a princípio o cronograma está mantido. Vamos manter o cronograma, vamos trabalhar diuturnamente na Arsesp. Eu queria mais uma vez agradecer a contribuição de todos e declarar por encerrada a audiência.

(Aplausos.)

A SRA. GEORGIA PRETE – Muito obrigada pela participação dos senhores, em breve todas as contribuições estarão disponíveis em nosso site. Desejamos a todos uma boa tarde.